



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Administrativa
Especialidade Analista Judicial

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

00001-0001-001

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

Abstrações

“Deus não joga dados com o Universo”, disse Einstein, para nos assegurar que existe um plano por trás de, literalmente, tudo, e que o comportamento da matéria é lógico e previsível. A física quântica depois revelou que a matéria é mais maluca do que Einstein pensava e que o acaso rege o Universo mais do que gostaríamos de imaginar. Mas fiquemos com a palavra do velho. Deus não é um jogador, o Universo não está aí para Ele jogar contra a sorte e contra Ele mesmo. Já os semideuses que controlam o capital especulativo do planeta Terra jogam com economias inteiras e podem destruir países com um lance de dados, ou uma ordem de seus computadores, em segundos.

Às vezes eles têm uma cara, e até opiniões, mas quase sempre são operadores anônimos, todos com 28 anos, e um poder sobre as nossas vidas que o Deus de Einstein invejaria. Deus, afinal, é sempre o ponto supremo de uma cosmogonia organizada, não importa qual seja a religião. Todas as igrejas têm metafísicas antigas e hierarquizadas. Todos os deuses podem tudo, mas dentro das expectativas e das tradições de seus respectivos credos. Até a onipotência tem limites.

A metafísica dos operadores das bolsas de valores, dos deuses de 28 anos, é inédita. Não tem passado nem convenções. É a destilação final de uma abstração, a do capital desassociado de qualquer coisa palpável, até do próprio dinheiro. Como o dinheiro já era a representação da representação de um valor aleatório, o capital transformado em impulso eletrônico é uma abstração nos limites do nada – e é ela que rege as nossas economias e, portanto, as nossas vidas. E quem pensava ter liberado o mundo de um ideal inútil, o de sociedades regidas por abstrações como igualdade e solidariedade, se vê prisioneiro do invisível, de um sopro que ninguém controla, da maior abstração de todas.

(Adaptado de Luis Fernando Veríssimo, **O mundo é bárbaro**)

1. A frase de Einstein, citada pelo autor na abertura do texto, **contrapõe-se** à ideia de que
- (A) as religiões materializam metafísicas antigas e bem organizadas.
 - (B) os princípios de igualdade e solidariedade estão fora do mundo material.
 - (C) a matéria é regida por princípios lógicos e inteiramente previsíveis.
 - (D) o comportamento da matéria é regido por forças ocultas e aleatórias.
 - (E) a dinâmica da matéria sempre supõe uma relação de causa e efeito.

2. Atente para as seguintes afirmações:
- I. O sentido da frase de Einstein é exemplificado no texto pelo comportamento típico dos operadores das bolsas de valores.
 - II. Da manipulação de capital nas bolsas, caracterizada pela abstração, advêm profundos efeitos sobre todos nós.
 - III. Ao contrário da metafísica das religiões, a conduta dos operadores das bolsas não tem por base uma cosmogonia antiga e organizada.

Em relação ao texto está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *a matéria é mais maluca do que Einstein pensava* (1º parágrafo) = nem Einstein sabia que a matéria também não joga dados.
 - (B) *destilação final de uma abstração* (3º parágrafo) = reversão última da imaterialidade.
 - (C) *uma cosmogonia organizada* (2º parágrafo) = uma ordem arbitrária do cosmos.
 - (D) *fiquemos com a palavra do velho* (1º parágrafo) = acolhamos a assertiva de Einstein.
 - (E) *se vê prisioneiro do invisível* (3º parágrafo) = torna-se refém de sua própria abstração.

4. O segmento que, no contexto, **NÃO** revela a perspectiva irônica característica do autor é:
- (A) (...) *Já os semideuses que controlam o capital especulativo do planeta Terra* (...) (1º parágrafo)
 - (B) *Às vezes eles têm uma cara, e até opiniões* (...) (2º parágrafo)
 - (C) *Todas as igrejas têm metafísicas antigas e hierarquizadas.* (2º parágrafo)
 - (D) (...) *um poder* (...) *que o Deus de Einstein invejaria.* (2º parágrafo)
 - (E) (...) *são operadores anônimos, todos com 28 anos* (...) (2º parágrafo)



5. A afirmação de que o *capital transformado em impulso eletrônico é uma abstração nos limites do nada* (3º parágrafo) encontra justificativa no fato de que
- (A) as operações financeiras especulativas não dispõem de lastro reconhecível.
- (B) os jovens operadores das bolsas são pragmáticos e desdenham o acaso.
- (C) os agentes econômicos superestimam os lucros do setor produtivo.
- (D) os modernos operadores seguem à risca a referida frase de Einstein.
- (E) as abstrações econômicas baseiam-se nos mesmos princípios das religiões.
-
6. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente observadas na frase:
- (A) Jogar dados com o Universo, segundo Einstein, não estariam nos hábitos e procedimentos de Deus.
- (B) Parece não caber aos jovens operadores das bolsas outra coisa senão fazer apostas em riquezas puramente virtuais.
- (C) A metafísica dos jovens operadores, diferentemente das antigas religiões, não contam com hierarquias e valores tradicionais.
- (D) O que movem os jovens semideuses das bolsas de valores são as apostas em arriscadas especulações financeiras.
- (E) Aos que apostam tudo no mercado financeiro caberiam refletir sobre os efeitos sociais de suas operações.
-
7. Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:
- (A) Os adeptos da física quântica, em oposição a Einstein, acreditam de que o acaso é divino, ao imaginar o Universo qual um jogo de dados.
- (B) O autor do texto opta em considerar Einstein correto no que afirma, para demonstrar a arrogância com que jogam os jovens semideuses das bolsas.
- (C) Ao contrário das religiões antigas, em que mesmo a onipotência divina apresentava limites, a metafísica das bolsas implica o plano do absoluto.
- (D) O dinheiro é só uma representação de um valor fictício, haja visto quando comandado por impulsos eletrônicos que se tornam abstratos.
- (E) É muita ironia quando o autor considera que são abstrações a igualdade e a solidariedade, embora ressalve que nem tanto quanto o capital invisível.
-
8. Considerando-se o contexto, o elemento sublinhado está empregado com o sentido dos elementos destacados entre parênteses em:
- (A) *existe um plano por trás de, literalmente, tudo (praticamente, relativamente)*
- (B) *Já os semideuses que controlam o capital especulativo (agora mesmo, por ora)*
- (C) *Deus, afinal, é sempre o ponto supremo de uma cosmogonia organizada (por conseguinte, destarte)*
- (D) *capital desassociado de qualquer coisa palpável (adveniente, desmembrado)*
- (E) *até do próprio dinheiro (inclusive, mesmo)*
-
9. Está inteiramente adequada a pontuação da frase:
- (A) Não sendo um jogador, não fazendo do acaso uma lei, Deus, para Einstein, é o grande planejador do Universo.
- (B) Deus, para Einstein, não é um jogador mas uma inteligência, que tudo planeja, e tem controle, sobre toda a matéria do Universo.
- (C) Engana-se, quem pensar que as operações abstratas das bolsas de valores, estão longe de exercer influência, sobre o cotidiano de todos nós.
- (D) Igualdade e solidariedade, afirma ironicamente o autor: são abstrações do nosso tempo, espectros remotos, de ideais inúteis.
- (E) De fato, poucas pessoas sabem, como se atribui valor real ao dinheiro que não passa de uma representação simbólica e aleatória de riquezas.
-
10. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) Os operadores controlam um capital especulativo, em cujos rendimentos representam uma incógnita.
- (B) São impulsos eletrônicos, sobre os quais há pouco ou nenhum controle, que comandam as operações das bolsas.
- (C) Os operadores das bolsas preferem apostar do que investir dinheiro em empreendimentos mais produtivos.
- (D) A idade dos operadores das bolsas sugere o ímpeto de que as operações de investimento são executadas.
- (E) Os adeptos da física quântica julgam que o acaso é também um princípio, do qual o comportamento da matéria não é alheio.



11. De acordo com a Lei nº 3.716/1979, compete ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí
- (A) determinar a restauração dos feitos perdidos na Diretoria Geral da Secretaria do Tribunal.
 - (B) expedir ordens que não dependam de acórdãos ou não sejam de privativa competência dos Relatores.
 - (C) assinar os acórdãos com o Relator e os Juízes que requeiram declaração de voto, com exceção dos acórdãos do Tribunal Pleno e do Conselho da Magistratura.
 - (D) conhecer e julgar as suspeições opostas ao Diretor Geral, Diretores e demais funcionários da Diretoria Geral da Secretaria do Tribunal.
 - (E) conceder prorrogação de prazo para que magistrados e demais servidores da Justiça tomem posse e entrem no exercício dos cargos.
12. Considere as seguintes assertivas a respeito das incompatibilidades e suspeições:
- I. Não podem ter assento, simultaneamente, no Tribunal de Justiça, Desembargadores parentes ou afins em linha reta, ou na colateral, até o quarto grau, inclusive.
 - II. Pode o Juiz dar-se por suspeito, se afirmar a existência por motivo de ordem íntima, sem necessidade de expor o motivo, quando se tratar de questão civil.
 - III. A incompatibilidade se resolve antes da posse, contra o que deu causa à incompatibilidade, se for imputável a ambas, contra o de investidura mais recente.
 - IV. Na mesma Comarca não podem servir ao mesmo tempo como Juiz e substituto marido e mulher.
- De acordo com a Lei nº 3.716/1979, está correto o que consta APENAS em
- (A) III e IV.
 - (B) I, II e III.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I, II e IV.
 - (E) II e IV.
13. De acordo com a Lei nº 3.716/1979, a divisão judiciária do Estado do Piauí compreende quarenta
- (A) e duas Comarcas de entrância intermediária.
 - (B) Comarcas de entrância inicial.
 - (C) e cinco Comarcas de entrância intermediária.
 - (D) e duas Comarcas de entrância inicial.
 - (E) e cinco Comarcas de entrância inicial.
14. Com relação ao desenvolvimento na carreira dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí, de acordo com a Lei Complementar nº 115/2008, é correto afirmar:
- (A) A promoção por merecimento ocorre mediante avaliação de desempenho do servidor, feita por comissão composta majoritariamente por servidores efetivos ou aqueles com estágio probatório do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.
 - (B) O desenvolvimento dos servidores efetivos na carreira se processa por progressão funcional ou por promoção, condicionada à existência de vagas, obedidos, cumulativamente, os critérios de antiguidade e merecimento.
 - (C) A promoção funcional é a movimentação do servidor de uma referência para a seguinte dentro do mesmo nível, de acordo com o resultado de avaliação de desempenho.
 - (D) A progressão é a elevação do servidor da última referência de um nível para a primeira referência do nível seguinte, observado o interstício mínimo de um ano em relação à promoção funcional imediatamente anterior.
 - (E) Nas carreiras em que for exigida escolaridade de nível superior, a promoção para o último nível da carreira fica ainda condicionada à conclusão de pós-graduação *lato sensu* na respectiva área fim.
15. De acordo com a Lei Complementar nº 115/2008, a Comissão de Avaliação de Desempenho do Servidor (CADES) possui mandato de
- (A) cinco anos e deve ser composta por sete membros, entre representantes da Administração e representantes dos servidores públicos.
 - (B) três anos e deve ser composta por quatro membros, entre representantes da Administração e representantes dos servidores públicos.
 - (C) dois anos e deve ser composta por quatro membros, entre representantes da Administração e representantes dos servidores públicos.
 - (D) três anos e deve ser composta por sete membros, entre representantes da Administração e representantes dos servidores públicos.
 - (E) dois anos e deve ser composta por seis membros, entre representantes da Administração e representantes dos servidores públicos.



16. Considere as seguintes assertivas a respeito dos Cargos em Comissão, na Organização Judiciária do Estado do Piauí:
- I. Em regra, pelo menos 25% dos cargos em comissão serão preenchidos por servidores efetivos do Poder Judiciário.
 - II. Aos Magistrados, em qualquer grau de jurisdição, competem as indicações para os cargos em comissão de seus gabinetes.
 - III. Os cargos de provimento em comissão de Secretário serão ocupados privativamente por portador de nível de escolaridade de ensino médio completo, devendo o seu substituto legal ou eventual possuir igual formação.
 - IV. Do valor da gratificação pelo exercício de cargo em comissão, 10% corresponde ao vencimento e 90% à representação.
- De acordo com a Lei Complementar nº 115/2008, está correto o que consta APENAS em
- (A) I, II e IV.
 - (B) I e II.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) II e IV.
 - (E) III e IV.
-
17. Mario e Ana são analistas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. Mário negligenciou a guarda de bem pertencente à repartição judicial que estava sob sua responsabilidade, possibilitando, assim, que ele se extraviasse. Ana, sem previsão legal, utilizou objeto depositado no interesse da Justiça. Nestes casos, de acordo com a Lei Complementar nº 115/2008,
- (A) serão aplicadas as penas de demissão e suspensão, respectivamente.
 - (B) serão aplicadas as penas de suspensão e demissão, respectivamente.
 - (C) será aplicada a pena de demissão nas duas hipóteses.
 - (D) será aplicada a pena de suspensão nas duas hipóteses.
 - (E) serão aplicadas as penas de advertência e suspensão, respectivamente.
-
18. Marta, servidora pública do Tribunal de Justiça do Piauí aposentada por invalidez, retornou ao serviço, uma vez que uma junta médica oficial declarou insubsistente os motivos de sua aposentadoria. Tânia, também servidora pública do Tribunal de Justiça do Piauí, foi reinvestida no cargo anteriormente ocupado, uma vez que ocorreu a invalidação de sua demissão por decisão judicial. Nestes casos, de acordo com a Lei Complementar nº 13/1994, ocorreram, respectivamente, a
- (A) reversão e a reintegração.
 - (B) reintegração e a reversão.
 - (C) reversão e a recondução.
 - (D) reintegração e a recondução.
 - (E) recondução e a reversão.
-
19. Mario afastou-se do cargo de analista judiciário do Tribunal de Justiça do Piauí para exercer mandato eletivo. Seu amigo, Douglas, que não é servidor público, foi nomeado para cargo de comissão que requereu a mudança de seu domicílio. Nestes casos, de acordo com a Lei Complementar nº 13/1994, Mario
- (A) e Douglas não receberão ajuda de custo.
 - (B) receberá ajuda de custo, mas Douglas não.
 - (C) não receberá ajuda de custo, Douglas receberá.
 - (D) e Douglas receberão ajuda de custo.
 - (E) não receberá ajuda de custo e Douglas receberá 50% da ajuda de custo a que um servidor teria direito.
-
20. De acordo com a Lei Complementar nº 13/1994, entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por
- (A) noventa dias, interpoladamente, durante o período de seis meses.
 - (B) noventa dias, interpoladamente, durante o período de dezoito meses.
 - (C) sessenta dias, interpoladamente, durante o período de seis meses.
 - (D) sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.
 - (E) mais de trinta dias consecutivos.



<p>Instrução: Para responder às questões de 21 a 30, considere os dados abaixo.</p> <p>I. Estimular o trabalho colaborativo, tanto na Internet quanto na Intranet, por meio de instrumentos do tipo diário profissional (ou corporativo) eletrônico, onde conteúdos mais recentes aparecem no topo da página e mais antigos no final.</p> <p>II. Utilizar, preferencialmente, um navegador livre (<i>Software Livre</i>) para acesso a páginas da Internet.</p> <p>III. Transferir toda página pessoal que seja do interesse do Tribunal (arquivos html, imagens e outros correlatos) para o servidor Intranet que abrigará o site desenvolvido, para que este fique disponível ao uso interno e comum.</p> <p>IV. Evitar a abertura de mensagens eletrônicas não solicitadas, provenientes de instituições bancárias ou empresas, que possam induzir o acesso a páginas fraudulentas na Internet, com vistas a roubar senhas e outras informações pessoais valiosas registradas no computador.</p> <p>V. Ao enviar informações sigilosas via mensagem eletrônica deve-se utilizar de um sistema que faça a codificação (chave, cifra), de modo que somente as máquinas que conhecem o código consigam decifrá-lo.</p> <p>VI. Utilizar a impressora multifuncional para converter em arquivo formato jpeg os documentos em papel.</p> <p>VII. Proceder, diariamente, à cópia de segurança dos dados em fitas digitais regraváveis (algumas comportam até 72 Gb de capacidade) em mídias alternadas para manter a segurança e economizar material.</p> <p>VIII. Ao instalar quaisquer dispositivos que necessitem de comunicação entre o sistema operacional e o <i>hardware</i> (espécie de tradutor/intérprete), providenciar as ações necessárias.</p> <p>IX. Alterar a pasta onde o editor de textos MS-Word grava seus modelos (extensões .DOT), sendo que a partir dessa alteração os modelos serão gravados nessa e obtidos dessa nova pasta.</p> <p>X. Gravar em todo cabeçalho e rodapé das planilhas eletrônicas MS-Excel do Tribunal os padrões de logó e página estabelecidos pela Organização.</p> <p>21. No item I é estimulado o uso de um instrumento do tipo</p> <p>(A) <i>e-book</i>. (B) <i>blog</i>. (C) banco de dados. (D) <i>e-mail</i> corporativo. (E) <i>e-zine</i>.</p>	<p>23. A operação de transferência referida em III trata de</p> <p>(A) <i>backup</i>. (B) <i>download</i>. (C) <i>downsizing</i>. (D) <i>hosting</i>. (E) <i>upload</i>.</p> <p>24. A recomendação em IV é para evitar um tipo de fraude conhecida por</p> <p>(A) <i>chat</i>. (B) <i>cracker</i>. (C) <i>spam</i>. (D) <i>hacker</i>. (E) <i>phishing scam</i>.</p> <p>25. O cuidado solicitado em V aplica o conceito de</p> <p>(A) criptografia. (B) assinatura digital. (C) digitalização. (D) desfragmentação. (E) modulação/demodulação.</p> <p>26. No item VI utiliza-se a funcionalidade associada</p> <p>(A) à impressão multicolorida, apenas. (B) tanto à cópia xerográfica quanto ao fax. (C) ao fax, apenas. (D) ao <i>scanner</i>, apenas. (E) tanto ao <i>scanner</i> quanto à cópia xerográfica.</p> <p>27. No item VII é recomendado o uso de mídias conhecidas por</p> <p>(A) FAT32. (B) FAT. (C) NTSF. (D) DAT. (E) DVD+RW.</p> <p>28. A ação mencionada em VIII refere-se à instalação conjunta de programas que acompanham os <i>dispositivos</i> conhecidos por</p> <p>(A) <i>drives</i>. (B) <i>firewalls</i>. (C) <i>drivers</i>. (D) <i>adwares</i>. (E) <i>speakers</i>.</p> <p>29. A alteração solicitada em IX é feita</p> <p>(A) na guia Arquivos, após acessar o item Opções do menu Ferramentas. (B) no menu Arquivo, opções Configurar página. (C) na guia Arquivos, acessando o item Formatar do menu Editar. (D) no menu Formatar, após acessar a guia Arquivos. (E) no menu Inserir, após acessar a guia Arquivo, na opção Configurar.</p>
<p>22. Para atender à recomendação disposta em II é correto o uso do</p> <p>(A) Weblog. (B) Mozilla Firefox. (C) Skype. (D) Internet Explorer. (E) Flash.</p>	<p>30. A inserção de dados referida em X é possibilitada, em primeira instância, mediante o acesso ao menu</p> <p>(A) Formatar. (B) Ferramentas. (C) Exibir. (D) Editar. (E) Inserir.</p>



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Administrativo

31. Quanto aos atos administrativos, é correto afirmar que
- (A) não podem ser praticados nas Mesas Legislativas.
 - (B) não podem ser praticados por dirigentes de autarquias e das fundações.
 - (C) cabem exclusivamente aos órgãos executivos.
 - (D) podem ser emanados de autoridades judiciárias.
 - (E) sua prática é vedada aos administradores de empresas estatais e serviços delegados.

32. Considere as assertivas relacionadas aos requisitos dos Atos Administrativos:
- I. Enquanto a vontade dos particulares pode manifestar-se livremente, a da Administração exige procedimentos e formas legais para que se expresse validamente.
 - II. Todo ato emanado de agente administrativo incompetente, ou realizado além do limite de que dispõe a autoridade incumbida de sua prática, é inválido.
 - III. Por serem desvinculados, a revogação ou a modificação do ato administrativo não precisa observar a mesma forma do ato originário.
 - IV. A motivação do ato administrativo é, em regra, obrigatória. Só não o será quando a lei a dispensar ou se a natureza do ato for com ela incompatível.
 - V. A finalidade do ato administrativo só diz respeito aos atos vinculados e não aos discricionários.

É correto o que consta APENAS em

- (A) II, III e V.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) III, IV e V.
 - (D) I e III.
 - (E) IV e V.
33. O atributo do Ato Administrativo que impõe a coercibilidade para seu cumprimento ou execução é a
- (A) discricionariedade vinculada.
 - (B) auto-executoriedade.
 - (C) eficácia.
 - (D) presunção de veracidade.
 - (E) imperatividade.

34. Quanto aos Atos Administrativos vinculados e os discricionários, é INCORRETO afirmar que
- (A) a discricionariedade se manifesta no ato em si e não no poder de a Administração praticá-lo pela maneira e nas condições mais convenientes ao seu interesse.
 - (B) a Administração, nos atos vinculados, tem o dever de motivá-los.
 - (C) a discricionariedade deverá estar sempre estrita à observância da lei, pois sua exorbitância constitui ato ilícito.
 - (D) os atos vinculados são aqueles para os quais a lei estabelece os requisitos e condições de sua realização.
 - (E) a atividade discricionária não dispensa a lei, nem se exerce sem ela, senão com observância e sujeição a ela.

35. Considere:
- I. Dentre os princípios que informam o Processo Administrativo, destaca-se a legalidade subjetiva, o do formalismo regrado, o da verdade sabida e o do único grau de decisão.
 - II. A instauração do Processo Administrativo pela autoridade competente, se dá, além de outras formas, por portaria e auto de infração.
 - III. Processo Administrativo disciplinar é o meio de apuração e punição de faltas graves dos servidores públicos e demais pessoas sujeitas ao regime funcional de determinados estabelecimentos da Administração.
 - IV. A decisão da autoridade competente no Processo Administrativo e na Sindicância não precisa ser fundamentada, bastando a indicação do dispositivo de lei regulador da ação.
 - V. Cabe ao Poder Judiciário examinar o processo administrativo disciplinar para a verificação da legitimidade da sanção imposta e se foi atendido o devido processo legal.

É correto o que consta APENAS em

- (A) II, III e IV.
 - (B) I, II e III.
 - (C) II, III e V.
 - (D) I e V.
 - (E) IV e V.
36. Em tema de servidor público, considere:
- I. É o agrupamento de cargos da mesma profissão e com idênticas atribuições.
 - II. É o que se escalona em classes, para acesso privativo de seus titulares, até o da mais alta hierarquia profissional.
 - III. É o conjunto de carreiras, cargos isolados e funções gratificadas de um mesmo serviço, órgão ou Poder.
- Os itens I, II e III referem-se, respectivamente, a:
- (A) classe; cargo de carreira; quadro.
 - (B) carreira; lotação; classe.
 - (C) cargo isolado; quadro; lotação.
 - (D) cargo em comissão; carreira; cargo técnico.
 - (E) lotação; classe; cargo de carreira.

**Noções de Direito Constitucional**

37. Com relação ao Presidente da República, é correto afirmar:
- (A) A eleição realizar-se-á, simultaneamente, no segundo domingo de outubro, em primeiro turno, e no primeiro domingo de novembro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.
- (B) Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.
- (C) Será considerado eleito o candidato que, independentemente de registro por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.
- (D) Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até trinta e cinco dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.
- (E) Se, decorridos cinco dias da data fixada para a posse, o candidato eleito, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.
38. Em regra, compete privativamente aos Tribunais de Justiça julgar
- (A) válida, mediante recurso extraordinário, lei local contestada em face de lei federal.
- (B) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e o Estado.
- (C) a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
- (D) o crime político em recurso ordinário.
- (E) os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade.
39. NÃO pode propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade
- (A) o Procurador-Geral da República.
- (B) a Mesa do Senado Federal.
- (C) o Governador de Estado ou do Distrito Federal.
- (D) o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.
- (E) a confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
40. No tocante ao Superior Tribunal de Justiça, considere as seguintes assertivas:
- I. Compõe-se de, no mínimo, trinta e cinco Ministros.
- II. Seus Ministros são nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta anos de idade.
- III. É composto de um terço dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista triplíce elaborada pelo próprio Tribunal.
- IV. É composto de um terço, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e Territórios, alternadamente.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) III e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e II.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.
41. A Lei regulará a individualização da pena e NÃO adotará, dentre outras, a de
- (A) trabalhos forçados.
- (B) privação ou restrição da liberdade.
- (C) perda de bens.
- (D) multa.
- (E) suspensão ou interdição de direitos.
42. Conceder-se-á mandado de injunção
- (A) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (B) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- (C) sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (D) sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (E) para proteger direito líquido e certo, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.



<p>43. É correto afirmar:</p> <p>(A) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, não sendo assegurado ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.</p> <p>(B) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação mediata e condicionada à análise pelo judiciário.</p> <p>(C) Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal excluem outros decorrentes dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.</p> <p>(D) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.</p> <p>(E) O Brasil se submete à jurisdição do Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.</p>	<p>47. Manifestação do princípio do contraditório, a citação constitui o ato de integração do réu na relação processual e sua validade é essencial para possibilitar a regularidade da prestação jurisdicional. Por tal razão, deve ser</p> <p>(A) realizada, ainda que o réu se encontre gravemente doente.</p> <p>(B) dirigida pessoalmente ao réu, apenas.</p> <p>(C) realizada, ainda que o oficial de justiça constate ser o réu demente.</p> <p>(D) dirigida pessoalmente ao réu, ao seu representante legal ou ao procurador legalmente autorizado.</p> <p>(E) realizada, ainda que no dia do falecimento do cônjuge do réu.</p>
<p>44. Será objeto de deliberação a proposta de emenda à Constituição Federal referente</p> <p>(A) à forma federativa de Estado.</p> <p>(B) à instalação da justiça itinerante.</p> <p>(C) ao voto direto, secreto, universal e periódico.</p> <p>(D) à separação dos Poderes.</p> <p>(E) aos direitos e garantias individuais.</p>	<p>48. É correto afirmar que</p> <p>(A) no procedimento sumário não cabe apelação.</p> <p>(B) o rol de testemunhas, no procedimento sumário, deve ser apresentado até cinco dias antes da audiência de instrução e julgamento.</p> <p>(C) o agravo retido, no procedimento sumário, deve ser necessariamente oral.</p> <p>(D) a petição inicial, no procedimento sumário, pode ser apresentada oralmente.</p> <p>(E) o procedimento comum é o gênero, de que constituem espécies o ordinário e o sumário.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Processual Civil</p> <p>45. Para atender ao requisito da capacidade postulatória, a parte deve</p> <p>(A) ser defendida por um curador especial.</p> <p>(B) ser representada ou assistida por seu representante legal, caso não esteja na plenitude da capacidade civil.</p> <p>(C) outorgar mandato a um advogado, se não tiver habilitação legal para advogar.</p> <p>(D) ser representada por preposto.</p> <p>(E) estar em dia com seus deveres e obrigações eleitorais e fiscais.</p>	<p>49. É correto afirmar que a intimação aos advogados das partes</p> <p>(A) não precisa ser realizada quando houver revelia.</p> <p>(B) pode ser realizada através do órgão oficial, sempre.</p> <p>(C) deve ser feita pessoalmente, em caso de antecipação da audiência.</p> <p>(D) pode ser dispensada, a critério do juiz.</p> <p>(E) não se faz necessária no procedimento sumário.</p>
<p>46. Em matéria de valoração da prova pelo juiz, o Código de Processo Civil adota o princípio da</p> <p>(A) persuasão racional.</p> <p>(B) prova legal.</p> <p>(C) livre convicção.</p> <p>(D) proporcionalidade.</p> <p>(E) oralidade.</p>	<p>50. É correto afirmar que</p> <p>(A) o recurso de apelação não necessita de fundamentação.</p> <p>(B) não cabe recurso contra decisão interlocutória.</p> <p>(C) é indispensável o preparo no recurso de agravo retido.</p> <p>(D) o recurso de apelação é cabível contra a sentença.</p> <p>(E) o agravo de instrumento deve ser dirigido ao próprio juiz do processo.</p> <p>51. No julgamento de apelação ou de agravo, a decisão é tomada</p> <p>(A) na câmara ou turma, pelo voto de três juízes.</p> <p>(B) na câmara ou turma, pelo voto de cinco juízes.</p> <p>(C) pelo voto de cinco juízes na Justiça Comum Federal e de três da Justiça Comum Estadual.</p> <p>(D) pelo juiz de primeiro grau.</p> <p>(E) no conselho recursal, pelo voto de sete juízes.</p>



<p>52. É correto afirmar que</p> <p>(A) o Código de Processo Civil não faz distinção entre prazo peremptório e dilatário.</p> <p>(B) a contagem dos prazos pode ser interrompida durante o período carnavalesco.</p> <p>(C) os prazos são contínuos e não se interrompem nos feriados.</p> <p>(D) o prazo deve ser contado com inclusão do dia do começo.</p> <p>(E) a Fazenda Pública tem o prazo em dobro para contestar.</p>	<p>56. Na ação penal privada vigoram os princípios da</p> <p>(A) publicidade, oficialidade e impulso oficial.</p> <p>(B) ampla defesa, obrigatoriedade e proporcionalidade.</p> <p>(C) legalidade, informalidade e oralidade.</p> <p>(D) oportunidade, disponibilidade e indivisibilidade.</p> <p>(E) indisponibilidade, iniciativa das partes e duplo grau de jurisdição.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Processual Penal</p>	<p>57. Quanto aos efeitos, as questões prejudiciais podem ser</p> <p>(A) objetivas e subjetivas.</p> <p>(B) homogêneas e heterogêneas.</p> <p>(C) absolutas e relativas.</p> <p>(D) principais e secundárias.</p> <p>(E) obrigatórias e facultativas.</p>
<p>53. Para a decretação da prisão preventiva, é condição de admissibilidade</p> <p>(A) que o réu seja perigoso e não tenha residência fixa.</p> <p>(B) que o crime seja doloso punido com pena de reclusão.</p> <p>(C) que existam indícios suficientes da autoria e da materialidade.</p> <p>(D) que seja tal prisão necessária para a garantia da ordem pública ou econômica.</p> <p>(E) a garantia da aplicação da pena.</p>	<p>58. A prisão preventiva, segundo o Código de Processo Penal, pode ser decretada</p> <p>(A) mediante requerimentos do Ministério Público, do assistente e do querelante.</p> <p>(B) de ofício pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou do querelante ou mediante representação da autoridade policial.</p> <p>(C) mediante representações da autoridade policial e do ofendido e requerimentos do Ministério Público e do querelante.</p> <p>(D) de ofício, mediante representações do Ministério Público e do querelante e requerimento da autoridade policial.</p> <p>(E) mediante propostas dos Tribunais de Justiça dos Estados e dos Tribunais Regionais Federais.</p>
<p>54. Nos termos da lei processual penal, a liberdade provisória pode ser</p> <p>(A) legal e formal.</p> <p>(B) absoluta e relativa.</p> <p>(C) obrigatória, permitida ou vedada.</p> <p>(D) plena e parcial.</p> <p>(E) comum e especial.</p>	<p>59. São pressupostos comuns a todos os recursos:</p> <p>(A) oportunidade, indivisibilidade, unirrecorribilidade.</p> <p>(B) possibilidade jurídica, interesse de agir, indesistibilidade.</p> <p>(C) previsão legal, forma prescrita em lei e tempestividade.</p> <p>(D) formalidade, publicidade e oficialidade.</p> <p>(E) iniciativa das partes, impulso oficial e publicidade.</p>
<p>55. A doutrina aponta como característica do depoimento prestado pela testemunha:</p> <p>(A) ser referida ou numerária.</p> <p>(B) a veracidade, a independência, a insuspeição.</p> <p>(C) ser compromissada ou não compromissada.</p> <p>(D) ser instrumentária, visual e informante.</p> <p>(E) a judicialidade, a oralidade, a objetividade e a retrospectividade.</p>	<p>60. A lei processual penal prevê, dentre as EXCEÇÕES peremptórias,</p> <p>(A) a suspeição e a incompetência.</p> <p>(B) a litispendência e a coisa julgada.</p> <p>(C) o impedimento e a coisa julgada.</p> <p>(D) a incompetência e a litispendência.</p> <p>(E) a ilegitimidade de parte e o impedimento.</p>